



**Sob as torres sineiras da Candelária:
escolarização em uma freguesia urbana da capital brasileira (1870)**

Under the bell towers of Candelária:
schooling in an urban parish of the Brazilian capital (1870)

Bajo los campanarios de la Candelaria:
escolarización en una parroquia urbana de la capital brasileña (1870)

Aline de Moraes Limeira

Universidade Federal da Paraíba (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0002-5964-6661>

<http://lattes.cnpq.br/4497441402915446>

alinedemoraislimeira@gmail.com

Aline Machado dos Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0002-1432-9531>

<http://lattes.cnpq.br/9955997533721790>

alinemachado07@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo, cujo recurso teórico-metodológico está centrado na perspectiva das variações de escala, com recorte geográfico específico e investimento na análise de singularidades locais, pretende analisar aspectos relacionados ao processo de escolarização da capital brasileira no século XIX. Para isso, selecionou como objeto de análise algumas fontes e vestígios documentais da década de 1870, referentes às experiências, sujeitos, instituições e dados estatísticos da História da Educação de uma freguesia urbana da Corte Imperial, cujo nome é Candelária. Desta feita, apreendeu importantes reflexões acerca do que pode ser considerado ímpar ou similar em relação à freguesia da Candelária e das demais freguesias urbanas e rurais da Corte Imperial, no que concerne aos assuntos da Instrução.

Palavras chaves: Escolarização. Freguesia da Candelária. História da Educação.

Abstract

This study, whose theoretical-methodological resource is centered in the perspective of variations in scale, with specific geographical cut and investment in the analysis of local singularities, intends to analyze aspects related to the schooling process of the Brazilian capital in the 19th century. For that, he selected as sources of analysis some documentary sources and traces from the 1870s, referring to the experiences, subjects, institutions and statistical data of the History of Education of an urban parish of the Imperial Court, whose name is Candelária. This time, he apprehended important reflections on what can be considered odd or similar in relation to the parish of Candelária and the other urban and rural parishes of the Imperial Court, in what concerns the matters of the Instruction.

Key words: Schooling. Parish of Candelária. History of Education.

Resumen

Este estudio, cuyo recurso teórico-metodológico se centra en la perspectiva de variaciones de escala, con corte geográfico específico e inversión en el análisis de las singularidades locales, pretende analizar aspectos relacionados con el proceso de escolarización de la capital brasileña en el siglo XIX. Para ello, seleccionó como fuentes de análisis algunas fuentes documentales y rastros de la década de 1870, haciendo referencia a las vivencias, sujetos, instituciones y datos estadísticos de la Historia de la Educación de una parroquia urbana de la Corte Imperial, cuyo nombre es Candelária. En esta ocasión apprehendió importantes reflexiones sobre lo que puede considerarse extraño o similar en relación con la parroquia de Candelária y las demás parroquias urbanas y rurales de la Corte Imperial, en lo que concierne a las materias de la Instrucción.

Palabras clave: Escolaridad. Parroquia de Candelária. Historia de la Educación.

Introdução

Neste estudo, dialogamos com um dos conceitos mais caros à microhistória, a variação de escala, cujo referencial se constitui, principalmente em Jacques Revel. Para ele, “o que está em jogo na abordagem micro-histórica é a convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento”. (REVEL, 2010, p.438). Desta feita, nos interessa aqui, inquirir acerca dos processos de escolarização a partir de tramas específicas, menos gerais, mais locais, sem, no entanto, perder de vista uma análise mais ampla em vários momentos. Como apontou José Gondra, a escala resulta de uma escolha que funciona como uma bússola que orienta a pesquisa e estabelece parâmetros a respeito do que será visto pelo pesquisador. Portanto, a definição de uma escala participa de modo incontornável da fabricação dos problemas de pesquisa e das possibilidades de torná-lo inteligível (GONDRA, 2012, p.86).

Neste sentido, o investimento aqui desenvolvido inscreve-se no movimento que vem marcando mais recentemente o campo da História da Educação, a partir de pesquisas que exploram recortes geográficos cada vez mais específicos, na intenção de investigar singularidades e experiências locais.

Pretendemos enfatizar a importância de perceber a grande diversidade formada pelas freguesias urbanas e rurais da capital do Brasil Império e a heterogeneidade encontrada nas subdivisões destas regiões, uma problematização cada vez mais vantajosa sobre a amplitude e complexidade das ações educativas desenvolvidas no Oitocentos brasileiro. Em busca dos indícios dos modos de organizar a educação no passado, sabemos que as possibilidades investigativas são quase infinitas: iniciativas de ensino (instituições públicas e privadas, a instrução que se processava no convívio das famílias, nas manifestações religiosas, festas, conversas e iniciativa de associações, igrejas, agremiações, jornais, revistas, etc.), os sujeitos envolvidos (Estado, Igreja Católica, instituições filantrópicas, intelectuais, professores, alunos, etc.), os saberes ensinados, arquitetura, mobiliário, legislações, entre outros. Escolhemos, porém, analisar as ações do governo imperial e os empreendimentos do setor privado na escolarização primária de uma região específica da Província do Rio de Janeiro, localizada no setor urbano da Corte Imperial, a freguesia da Candelária.

A região, que foi a segunda criada na capital brasileira ainda no ano de 1634, situava-se numa localidade urbana, central e comercial, configurando grande importância nas relações de importação e exportação de diversos gêneros, abrigava importantes edifícios como o Correio Geral, o Paço Imperial, a Caixa de Amortização e ainda a Praça do Comércio. Entretanto, mesmo apresentando tal relevância quase não encontramos estudos na historiografia da educação que abordassem uma análise acerca da freguesia.¹ Neste sentido, dialogamos, ao longo deste artigo, com pesquisas como as de Lopes (2006), Schueler (2005), Santos (2020), Pasche (2014), Limeira e Gondra (2022) e Fridman (2017).

¹ Realizamos um levantamento em três periódicos reconhecidos na área: a Revista Brasileira de História da Educação, a Revista História da Educação e a revista Cadernos de História da Educação, bem como no banco de teses e dissertações da CAPES e na base de dados Scielo. Há o recente estudo de SANTOS, Aline Machado. *Entre o soar do sino e as transações comerciais: as escolas primárias da freguesia urbana da Candelária (capital brasileira, 1870-1880)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020. No levantamento, localizamos estudos tangenciais, que não abordam a Educação, mas são importantes, como: LOPES, Janaina Christina Perrayon. *Casamentos de escravos nas Freguesias da Candelária, São Francisco Xavier e Jacarepaguá: uma contribuição aos padrões de sociabilidade matrimonial no Rio de Janeiro (1800 - 1850)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Deste modo, instituímos como interesse refletir sobre alguns questionamentos. Como se constituiu o processo de escolarização na Freguesia da Candelária? Quais forças, sujeitos e instituições estiveram envolvidos neste tipo de iniciativa? Quais as relações entre oferta e demanda educacional naquela Freguesia nas décadas finais do Império? Como estava organizada a escolarização primária na Freguesia da Candelária, comparativamente as outras Freguesias urbanas e rurais da Corte Imperial? Quais as ações do governo na instrução pública daquela região? Como se constituiu, comparativamente, a malha pública e privada naquela localidade? Havia na Freguesia da Candelária escolas particulares com subvenções do Governo Imperial, experiências educacionais mantidas por professores e associações que atuavam em prol da Educação ou outras ações educativas mantidas pela sociedade civil?

Para a tarefa, nos apropriamos da análise de fontes oficiais como os Relatórios do Ministro de Negócios do Império, publicidades e informações de impressos (*Almanak Laemmert, A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino, Jornal do Commercio e Jornal A Reforma*), o Recenseamento do Brazil (IHGB, 1872) e documentos manuscritos sob guarda do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (vencimentos e nomeação dos empregados das escolas, prédios escolares, docentes, exames de concursos de professores, despachos sobre economia da instrução pública, mapas de ensino e matrículas, requerimentos, ofícios e relatórios dedicados a instrução particular e correspondências dos delegados de instrução do distrito da Candelária).

Desta feita, construímos o estudo a partir de dois momentos específicos. No primeiro, buscamos discorrer acerca de uma análise relacional da Capital do Império e da Freguesia da Candelária, apresentando aspectos de sua constituição geográfica, cultural, religiosa e política. No segundo momento, buscamos inquirir dados sobre a instrução pública e particular, abordando o ensino primário e secundário na Freguesia da Candelária (focalizando vestígios acerca do desenvolvimento das ações do poder público, das instituições, dos dados estatísticos e dos sujeitos, alunos e professores).

A freguesia urbana da Candelária

Da meia noite até as 2 horas da madrugada de ontem o relógio da Igreja da Candelária tocou consecutivamente por horas, que, como bem se deve compreender, não eram horas, mas as baladas no sino que as costuma dar. Causou isto estranheza a vizinhança, e de manhã os comentários sobre o caso deram-lhe uns ares misteriosos sobrenaturais, muito de acordo com as crendices populares (*Gazeta de Noticia* (RJ), 1876, ano 2, nº160).²

Na notícia acima temos anunciado as badaladas advindas de uma torre sineira da Candelária, coordenando a vida dos habitantes próximos. Não é fato recente que uma das mais belas igrejas do Rio de Janeiro ocupa lugar de relevância na cidade, não apenas como sinal da historicidade, de afeição por fiéis do credo católico, ou de beleza monumental, a matriz de Nossa Senhora da Candelária foi baliza constitutiva na criação e funcionamento da cidade. A Igreja deu nome à antiga Freguesia e esta foi de grande importância, sobretudo depois da chegada da família real portuguesa em 1808. De acordo com alguns registros analisados, os

² Periódico disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01

fundadores da Igreja de Nossa Senhora da Candelária foram Antonio Martins da Palma e sua esposa Leonor Gonçalves, em cumprimento da promessa feita em meio ao forte temporal que afetou o navio onde se encontravam no caminho da Índia a Ilha da Palma. O casal encontrou como primeiro porto o Rio de Janeiro, e nas primeiras décadas do século XVII, cumpriu a promessa de erguer uma igreja como agradecimento. Alguns historiadores, como Vieira Fazenda em *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro* (2011), informam outra versão para o surgimento da Igreja da Candelária. Segundo o autor a ermida ou também conhecida como igreja da Várzea foi construída no lugar, onde deu à costa uma nau do mesmo nome, cujas madeiras foram aproveitadas. Porém, a ilustração no teto do atual templo da Candelária defende a versão da origem da igreja a partir do cumprimento da promessa do casal Palma.

Existem também divergências quanto o período de constituição da Igreja da Candelária e sua primeira localização. De forma geral, marca-se a década de 1630. Livros conhecidos que discorrem sobre os primeiros tempos do Rio de Janeiro, como os de Vivaldo Coaracy (1988), Noronha Santos (1981), João da Costa Ferreira (1933), dão notas sobre o assunto. O fato é que a edificação da Freguesia da Candelária, como anunciada por muitos historiadores, se deu no ano de 1634. Sua gênese está relacionada à construção do seu pequeno templo, terceiro da municipalidade, dedicado a Virgem Mãe de Deus. Ambas, Freguesia e igreja são tecidas no tear de uma das mais imponentes associações leigas que se mantém até hoje como participantes da vida urbana carioca, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária.

Podemos observar então, que a igreja foi local importante desde os primeiros tempos do que atualmente se constitui a Cidade do Rio de Janeiro, auxiliando na delimitação da urbe e organização de seus habitantes. A freguesia também se constituiu a partir de ampla influência da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária (ISSSC) que, de alguma forma, conduzia a vida daquela parte da urbe. E estudos recentes já apontam aspectos da relação entre a religiosidade local e a vida social, educacional, política e cultural da região (SANTOS, 2020). A Irmandade da Candelária não foi resultado de um grande centro urbano, mas se confunde ao próprio surgimento da Freguesia da Candelária e seu caráter urbano. Inspirados em Boschi (1986) podemos arriscar a dizer que a solidificação e manutenção da vida urbana daquela freguesia foram também resultantes da organização da confraria. Segundo esta diretriz de interpretação, a irmandade que se ocupava das ações que atendiam as necessidades sociais da população, se constituiu uma organização política e social da região, e ainda foi responsável por melhorias urbanas em torno do templo. A ISSSC exercia o seu poder na Freguesia da Candelária não somente no que condiz à confluência social, mas também pela força ideológica que despendia em relação aos habitantes da região.

As atuais divisões administrativas cariocas têm suas origens em tempo remoto, quando a organização territorial englobava aspectos religiosos, policiais e jurídicos que ora se misturavam e divergiam, denominados de freguesias. De princípio, a Corte Imperial foi segmentada seguindo apenas um aspecto eclesiástico, baseado no alcance da administração territorial que as paróquias erguidas pouco a pouco possuíam. A divisão baseada nos fregueses atendidos espiritualmente por um pároco foi adquirindo perspectivas oficiais por parte do governo. No período imperial, a promulgação do Ato adicional no ano de 1834, que propiciou adições e mudanças da Constituição de 1832, caracterizou-se, sobretudo, pela imposição do modelo político centralizador, responsável por uma mudança geográfica importante. Com o Ato Adicional (12 de agosto de 1834) ficou a cidade do Rio de Janeiro desligada da Província, constituindo a Corte ou Município Neutro. Isto marcou a diferenciação do Rio de Janeiro em relação aos outros municípios, e como capital da nação, a sua direta administração e subordinação ao governo central (SANTOS, 1965).

A Freguesia da Candelária foi a segunda criada no Rio de Janeiro colonial e a primeira criada a ocupar a região da várzea, ou seja, descendo o Morro do Castelo onde foi instituída por Salvador Correia de Sá a Freguesia de São Sebastião em 1569 (FRIDMAN, 2017). Em razão do aumento populacional e da expansão territorial houve a necessidade da criação de outras freguesias rurais e urbanas ao longo dos séculos XIV e XVII: Irajá (1644), Jacarepaguá (1661), Campo Grande (1673), Ilha do Governador (1710), Santa Rita (1721), Inhaúma (1749), São José (1753), Guaratiba (1755), Engenho Velho (1762), Ilha de Paquetá (1769), Lagoa (1809), Santana (1814), Sacramento (1826) em substituição a antiga freguesia de São Sebastião, Santa Cruz (1833), Glória (1834), Santo Antônio (1854), São Cristóvão (1856), Espírito Santo (1865), Engenho Novo (1873) e Gávea (1873). Até o final da monarquia somavam um total de vinte e uma freguesias na capital do Império.

As denominadas freguesias urbanas ou “de dentro” eram aquelas que estavam no eixo central da urbe, na expansão para o sul, e no sentido a oeste. Guardadas as diferenciações entre elas, podemos dizer que o ponto em comum eram as atividades típicas de centro administrativo como o comércio e oferta de serviços (esgoto, arborização, iluminação, assistência médica disponibilizada pela Santa Casa de Misericórdia). Estavam nesse grupo 13 freguesias: Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento, Glória, Santana, Santo Antônio, Espírito Santo, Engenho Velho, Lagoa, São Cristóvão, Gávea e Engenho Novo. As freguesias rurais ou “de fora” possuíam como semelhança as grandes extensões territoriais, e as atividades em maioria relacionadas à agricultura. Como a própria denominação indica, estavam fora do eixo urbano. Constituíam este conjunto 8 freguesias: Irajá, Jacarepaguá, Inhaúma, Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá.

As freguesias da Candelária, Santa Rita e São José junto com a do Sacramento (criada em 1826 em substituição à Freguesia de São Sebastião), constituíam a parte comercial da capital do país. A região da Freguesia do Sacramento, próximo aos limites com a Candelária, possuía grande comércio de importação e exportação. Os edifícios da Escola de Belas Artes (1906), Instituto Nacional de Música (1833), o Gabinete Português de Leitura (1837). Era uma região caracterizada pelas sedes das associações como a Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro (1900), Instituto da ordem dos advogados brasileiros (1843), o Ginásio Português (1868), etc. Existiam também nesta freguesia cerca de quatro teatros e 7 igrejas, a maioria ligadas a confrarias e ordens terceiras (SANTOS, 1965).

Na Freguesia da Candelária, “local de lojas importadoras, casas comissárias, oficinas, consulados, bancos e escritórios” (SCHUELER, 2005, p.166) ainda se encontravam importantes edifícios de funções públicas como o Correio Geral (1663) na antiga Rua Direita, a Caixa de Amortização (1827), a Repartição Geral dos Telégrafos (1743), o Arsenal da Marinha (1764) e repartições dependentes do Ministério da Marinha (criadas entre 1810 e 1814). Também havia ali diversos bancos privados nacionais e estrangeiros, companhias de navegação, escritórios de companhias de seguro, consulado de vários países, sociedades anônimas, sedes das sociedades de estradas de ferro, a matriz do telegrafo inglês, casas de consignações e de fotografias também estão nesta região (SANTOS, 1965). Merece também destaque, nesta freguesia, a Praça do Comércio (1834). Sua origem remete às pequenas barracas de venda de legumes, peixes e farinhas que ficavam na beirada do mar:

Figura 1 - Praça do Comércio em 1856, por Carlos Linde

Fonte: Brasiliana Iconográfica. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18555/praca-do-comercio>.

Como observa Schueller (2005), o Mercado do Peixe, a Alfândega e seus armazéns, nas proximidades do Largo do Paço (Palácio Imperial) e da Praça de D. Pedro II (atual Praça XV de Novembro), conferiam singularidade à freguesia da Candelária (SCHUELER, 2005, p.161). O território, onde estavam situadas 9 instituições católicas, realidade incomum diante das demais freguesias urbanas ou rurais da capital do Brasil, também teve seu status de Realeza, pois a família do rei e os “súditos mais fiéis” aportaram por lá em 1808. O antigo Palácio do Carmo, que com melhorias, recebeu a denominação de Paço Real também foi moradia de D. Pedro I. Na época do Império de D. Pedro II passou a ser utilizado apenas para cerimônias de gala e ações políticas. Nos limites da Candelária havia também a de Praça D. Pedro II (SANTOS, 1965).

A partir da década de 1870 a Corte vai viver mais intensamente a separação dos usos de suas freguesias pelas classes sociais, sobretudo devido a dois fatores. Primeiro, a Comissão de Melhoramentos estabeleceu no ano de 1875 uma série de intervenções nas freguesias centrais que consistiam no alargamento e retificação das ruas, aberturas de praças e melhoramento das condições higiênicas, a fim de auxiliar a circulação de pessoas, a ventilação das casas, o escoamento das águas da chuva e embelezamento da região. Mudanças em prol da modernização que não poderiam conviver com o contingente populacional, sobretudo, pobre. Segundo, a intensificação do investimento nos bondes e trens proporcionou maior mobilidade e crescimento físico de toda a Corte. Em 1858 foi inaugurado o primeiro trecho da estrada de ferro de D. Pedro II, que ocasionou a ocupação das áreas por ela atravessada. Os trens passaram também a ser a locomoção até a região central da Corte utilizado pela população trabalhadora que residia nas freguesias rurais (ABREU, 2013).

As freguesias urbanas e rurais da Corte modificaram-se. As pessoas mais abastadas passaram a deixar o tumultuado eixo comercial da capital do país e a habitar as freguesias

no sentido sul, que sofriam melhoramentos urbanos constantes resultantes do capital estrangeiro. A população pobre e trabalhadora foi ocupando, aos poucos, as freguesias rurais, com uso regular da estrada de ferro para seu trânsito diário. Estas regiões vivenciaram um crescimento populacional e a modificação das características dedicadas a agricultura com a implantação de algumas indústrias de tecido. Na Freguesia da Candelária ocorreu uma diminuição territorial e um esvaziamento populacional e pouco a pouco os atributos de uma área comercial foram sobressaindo. As freguesias de Santana, Santo Antônio, São José, Santa Rita e Espírito Santo passaram a ser habitadas em grande maioria pela população pobre, livre e escravos de ganho devido à proximidade dos locais de trabalho; mesmo que a sua permanência ali não fosse bem vista e ações contra as suas residências características, os cortiços, ocorressem com veemência (ABREU, 2013). Portanto, as últimas décadas dos oitocentos modificou o padrão de ocupação das freguesias da Corte Imperial, e tal dado vai se constituir importante elemento para as reflexões acerca de suas experiências de escolarização.

Aspectos das experiências escolares: instituições e sujeitos

Apesar do destaque à questão imobiliária e comercial na diminuta Freguesia da Candelária, ali também havia uma população residente. O fim da Guerra do Paraguai levou à percepção da necessidade ainda maior de um recenseamento geral para ser dado ao conhecimento de todos, informações sobre a extensão territorial e a população do Império. A relevância de saber o contingente da população se justificava também em razão das discussões políticas relacionadas à concessão gradual da liberdade aos escravos, e a necessidade de conhecer o seu conjunto populacional, sobretudo, após a promulgação da lei do ventre livre em 1871.

A estatística também era, no discurso do progresso e modernização, o mecanismo, científico por excelência, necessário para apreender as necessidades e as possibilidades de ação no país (SENRA, 2009). Além disto, a necessidade da estatística estava no Brasil firmar um compromisso internacional assumindo padrões confiáveis e procedimentos valorizados, como também reafirmar o interesse da civilização (GIL, 2009). Neste sentido, o recenseamento do Império, datado de 1872, divulgou quadros com as informações do número de habitantes por gênero, estado civil, “raças”, credo, nacionalidade e que soubessem ler e escrever, de todo o Império. Outros quadros com as informações de cada província e do Município Neutro que, por sua vez, tinham referências detalhadas sobre as freguesias urbanas e rurais. Sobre a Freguesia da Candelária, temos:

População livre por gênero e estado civil				
Gênero	Solteiros (as)	Casados (as)	Viúvos (as)	Total de habitantes
Homens	5762	1003	142	6907
Mulheres	783	365	107	1255

População livre por raça e gênero				
Gênero	Branco (as)	Pardos (as)	Pretos (as)	Caboclos (as)
Homens	6494	149	260	4
Mulheres	1010	127	117	1

Ou seja, considerando a população livre (não escravizada), podemos perceber que a Candelária se constituía uma região habitada majoritariamente por homens, dos quais a maior parte era de solteiros.³ Em relação às “raças” designadas no censo (apenas brancos, pardos, pretos e caboclos, não inserindo denominações comuns no XIX como cabra, crioulo, entre outras), os brancos eram de maior número. Por uma grande influência ou não da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia da Candelária a maioria da população era católica. E, curiosamente, era uma freguesia cuja população tinha maior número de estrangeiros que brasileiros. Esse tipo de agrupamento, homens livres e estrangeiros, como característica da população da Freguesia da Candelária, é compreensível quando observamos que, o Município Neutro, de modo geral, possuía um grande número de estrangeiros, homens livres que se dedicavam a atividades industriais e comerciais. Numericamente, eram 589 considerados manufatureiros e fabricantes, enquanto 17.038 se dedicavam as profissões de comerciantes, caixeiros e guarda livros. Residia na Freguesia da Candelária, segundo o censo de 1872, um total de 1.843 escravos, sendo 1.224 homens e 619 mulheres. E as pessoas que possuíam alguma deficiência somavam um total de 23 (considerando homens e mulheres, livres e escravos, nas categorias de cegos, surdo-mudo, aleijados, dementes e alienados, conforme o documento).

Dentro de um quadro geral das freguesias urbanas, a Candelária não se constituía como a mais populosa. Esta posição era ocupada pela Freguesia de Santana com um total populacional de 33.746 habitantes livres. Sobretudo, depois das intervenções na malha urbana, a Freguesia da Candelária sofreu mudanças e, segundo Abreu (2013), a sua população teve decréscimo nas décadas de 1870. Entre 1838 e 1870, o número de habitantes da Candelária decresceu em 9% e, de 1872 a 1890, reduziu em mais 3%.

Esta diminuta população livre residente na Freguesia da Candelária (8.162 habitantes), poderia gozar dos direitos de cidadãos e, dentre eles, estava o da instrução gratuita.

População livre: habitantes analfabetos e que sabem ler e escrever			
Homens		Mulheres	
Sabem ler e escrever	Analfabetos	Sabem ler e escrever	Analfabetos
6276	631	735	520

A quantidade dos moradores que sabia os rudimentos da leitura e escrita era superior dos analfabetos. O número de crianças em idade escolar era de 1.074, e elas constituíam o público escolarizável de acordo com a Reforma Couto Ferraz, que era a legislação

³ O direito de cidadania no Império do Brasil, desde a Constituição de 1824, foi estabelecido em bases censitárias, e dividiu os cidadãos (pessoas nascidas no Brasil e estrangeiros naturalizados), de acordo com suas rendas, em três categorias: cidadãos que não podiam votar e nem se candidatar, porque não tinham a renda mínima exigida para isso; cidadãos que apenas podiam votar (porque ganhavam o mínimo exigido) e cidadãos que podiam votar e se candidatar. Os “ingênuos” (nascidos no Brasil), de acordo com os requisitos de renda, podiam galgar as três posições na hierarquia na cidadania brasileira, mas os libertos (com exceção dos africanos) podiam ser apenas, votantes. Ou seja, os ex-escravos sofriam restrições políticas. E os filhos de africanos nascidos no Brasil (escravos “crioulos”), poderiam chegar a ser “forros”, e com isso, ingressar na base da pirâmide da cidadania do império do Brasil. Os indivíduos livres, porém, destituídos do outro atributo fundamental para o pleno exercício da cidadania naquela sociedade (a propriedade), eram considerados cidadãos não ativos nos limites dos direitos civis e tinham negada a participação política. Conferir CARVALHO, José Murilo de e CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; CARVALHO, José Murilo de. I- A Construção da Ordem. A elite política Imperial. II- Teatro das sombras. A política Imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

educacional em vigor, indicando crianças entre 6 a 15 anos de idade como potencial público para frequentar a escola primária. Deste total de potenciais escolarizáveis, apenas 110 frequentavam a escola formal, ou seja, constituíam o público efetivamente escolarizado. Isso representa cerca de 10% de atendimento de uma possível demanda escolar em instituições formais (públicas ou privadas). Estes números podem representar também um possível ingresso dessas outras crianças (90% ou 964 meninos e meninas) em experiências e práticas informais (aulas avulsas, ensino primário em agremiações, irmandades religiosas, sociedades, associações etc).

Comparativamente, a demanda educacional da Candelária, ou seja, seu público em idade escolar, não era tão grande quanto às das demais freguesias urbanas. Limeira e Gondra (2022) afirmam que a Freguesia de Santana tinha o número expressivo de 6 mil crianças em idade escolar. Enquanto a Freguesia de Santo Antônio tinha a demanda escolar de quase 5 mil crianças. Por outro lado, sem considerarmos a Freguesia da Candelária, os locais com menor população e pouco quantitativo escolarizável está São Cristóvão, Lagoa, Espírito Santo e Engenho Velho.

Ao observarmos os dados acionados no estudo, concluímos que a população total da Candelária era reduzida em relação às demais e que a sua demanda educacional, era também razoavelmente menor. Com números próximos, constava apenas a Freguesia de São Cristóvão. Entretanto, saindo do comparativo macro, com as outras freguesias urbanas, e observando a Candelária de forma mais específica, percebemos que existia um percentual que não recebia instrução. Observamos que frequentava as escolas públicas e colégios particulares, 110 indivíduos (população escolarizada) enquanto 964 era o total de crianças que formavam o público escolarizável, mas sem registro de atendimento formal na Candelária, o que significa compreender também como possível o seu atendimento em freguesias vizinhas. Assim, diante dos números relativos ao ano de 1872 nos questionamos também sobre a possibilidade dessas crianças não estarem enquadradas nos quesitos necessários para frequentar os estabelecimentos de ensino (como serem vacinados e não possuírem doenças contagiosas, Couto Ferraz, 1854). As informações do recenseamento de 1872 ainda abrem a possibilidade de pensar na existência de uma demanda atendida pelas iniciativas informais, já que entre a população total (8.162) os que não sabiam ler e escrever eram apenas 1.151 habitantes enquanto os que possuíam tais habilidades representavam 7.011 pessoas (SANTOS, 2020).

Esses números com altas taxas de alfabetização podem ser indícios mesmo de que a demanda escolar na Candelária não era atendida na própria localidade, mas em freguesias vizinhas, ou que as crianças aprendiam a ler e a escrever (habilidades básicas do ensino primário) em aulas informais, ou ainda que outros jovens e adultos passaram a residir na Candelária já com a posse de tais habilidades ou a apreenderam em cursos noturnos ou práticas informais.

A Lei Geral do Ensino, de 1827 mandava criar escolas de primeiras letras em todas as vilas, cidades e lugares mais populosos de todo o Império, sendo as escolas femininas estabelecidas somente onde os presidentes de Conselho julgassem necessário, estando, assim, instituídas a quantidade de escolas necessárias. Já pela Reforma Couto Ferraz, em 1854, ficou estabelecido no Artigo 51 que em cada freguesia deveria haver no mínimo uma escola primária (de primeiro grau) para cada sexo. E no Decreto de Leôncio de Carvalho, em 1879, o Artigo 8 permitia ao governo alterar, de acordo com as necessidades do ensino, a distribuição das escolas pelos seis distritos da Corte. Neste sentido, consideramos que as escolas públicas durante o Império não foram distribuídas de maneira homogênea por toda a divisão territorial da Corte, como também evidencia o seguinte quadro:

Distribuição das escolas públicas primárias por freguesias da Corte Imperial 1870-1879										
Anos:	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879
Freguesias Urbanas:										
Glória	4	4	4	4	4		6	6		
Candelária	2	2	2	2	2		2	2		
São José	2	4	4	4	4		5	5		
Santa Rita	5	5	5	5	5		6	6		
Sacramento	4	4	4	3	4		6	6		
Santana	6	6	6	5	6		8	8		
Santo Antônio	2	3	3	3	4		5	5		
Lagoa	3	4	4	5	5		5	5		
Engenho Velho	4	5	5	4	5		6	6		
Espírito Santo	2	4	4	4	4		5	5		
São Cristóvão	5	5	5	4	6		7	7		
Engenho Novo				3	3		5	5		
Gávea							2	2		
Freguesias Rurais:										
Inhaúma	2	2	2	2	2		2	2		
Irajá	2	2	2	2	2		2	2		
Jacarepaguá	3	4	4	6	5		6	6		
Campo Grande	2	3	3	3	3		4	4		
Santa Cruz	2	2	2	2	2		2	2		
Guaratiba	3	3	3	4	3		5	5		
Ilha do Governador	3	3	3	3	3		4	4		
Ilha de Paquetá	2	2	2	2	3					
Total:	58	67	67	76	75		95	95	95	90

Fica evidente que, entre o ano de 1870 e 1879, foram estabelecidas cerca de 37 escolas públicas primárias, mesmo considerando que nem todos os estabelecimentos estavam em funcionamento imediato após a sua criação devido à falta de professores, móveis e materiais de ensino. Também é interessante notar a permanência durante toda a década do quantitativo de escolas em algumas freguesias como a Candelária, Inhaúma, Irajá, Santa Cruz e Paquetá. Enquanto outras apresentavam uma mudança crescente como as freguesias da Glória, Santa Rita, Santo Antônio, Lagoa, Espírito Santo, Engenho Novo, Gávea e Campo Grande. E outras freguesias mostravam crescimento com uma relativa queda, sobretudo no ano de 1873, e após retomam o crescimento do número de escolas. É o caso das freguesias de Sacramento, Santana, Engenho Velho, São Cristóvão e Jacarepaguá. Apesar do ano de 1879 ter terminado com uma queda, comparado ao crescimento alcançado com 95 escolas nos anos de 1876, 1877 e 1878 é inegável o desenvolvimento educacional na capital do Brasil ao longo da década de 1870.

A Freguesia da Candelária durante todo o período de 1870 a 1889 teve apenas o mínimo do quantitativo de escolas instituído pelos decretos educacionais, ou seja, uma destinada para cada sexo. Ou melhor, a partir, de 1883 nos Relatórios do Ministro de Negócios do Império consta apenas 1 escola pública primária para a região. Tal fato se deu devido à remoção da escola de meninos da Freguesia da Candelária em 17 de agosto de 1880. Como consistia no decreto de Leôncio de Carvalho (1879) o governo podia alterar de acordo com as necessidades do ensino a distribuição das escolas pelas freguesias da capital. De acordo com o Decreto n.

7792 - de 17 de agosto de 1880, o ato de remoção da escola de meninos da Freguesia da Candelária estava justificado pela falta de frequência de alunos estando o estabelecimento fechado, enquanto havia uma petição justa por escolas encaminhada pelos moradores dos bairros de Pedregulho, Benfica e São Francisco Xavier, na Freguesia do Engenho Novo, e a isto ainda se somava a falta de verbas para a criação de novas escolas naquele período.

Comparando ainda a Freguesia da Candelária com as demais, sobretudo as que compunham o grupo de freguesias urbanas, observamos que além de ter pouco número de escolas, ainda tinha condições de estabelecimentos de ensino consideradas muito ruins, de acordo com as fontes. As duas escolas existentes na Freguesia da Candelária, como a maior parte das escolas instituídas na Corte, tanto nas freguesias urbanas como rurais, funcionavam em casas alugadas, inobstante o Artigo 55 da Reforma Couto Ferraz em 1854 já decretar que as escolas seriam estabelecidas em edifícios próprios. As duas únicas escolas públicas da Candelária funcionavam em sobrados alugados e tinham o movimento comercial típico da freguesia como um grande problema para o funcionamento das aulas e da aprendizagem dos alunos. No caso da escola de meninos (localizada na rua Theophilo Ottonni nº 77), o barulho dificultava acompanhar o “processo escolar” sendo penoso distinguir o som da rua e dos alunos. O problema nesta escola ainda era acrescido pelo pequeno tamanho da sala, pelo calor produzido pela posição geográfica que causava o sol constante da manhã à tarde, e as latrinas contíguas a sala de aula causando mal cheiro insuportável. Para a escola de meninas, que ficava a Rua Ourives nº 136, a falta de espaço para comportar o número de alunos é frisada junto ao barulho de uma oficina que funcionava ao andar de baixo atrapalhando os trabalhos escolares. Mas a principal questão estava na localização que a deixava próxima da escola do mesmo sexo da Freguesia de Santa Rita. Diagnosticaram, assim, que seria melhor removê-la para um local mais central da freguesia, trazendo mais proveito para a população (Relatório do Ministro de Negócios do Império, ano 1873, Anexo 3, p. 13).

A realidade das duas escolas existentes na Freguesia da Candelária estava bem distante do proposto como ideal pelo governo. As escolas deveriam ter uma sala de espera para os alunos guardarem as capas e chapéus, servindo também de recepção para as pessoas que fossem falar com o professor ou buscar os alunos. Uma sala de aula era primordial a existência de espaço suficiente para que cada aluno ocupasse 1 metrô quadrado de superfície e 4 metros cúbicos de ar, além de pias para a serventia dos mesmos. Uma sala menor para os trabalhos de escrita e costura devidamente mobilhada; um salão para os recreios, refeições e os exercícios ginásticos; um quarto com as latrinas de forma afastada para não exalar o mau cheiro as salas e se possível um jardim para descanso do professor e dos alunos. Sendo possível para este esboço adaptações de acordo com as condições de cada freguesia (Relatório do Ministro de Negócios do Império, ano 1873, Anexo 3).

Outro elemento importante, no que tange aos espaços físicos e localização das escolas na freguesia, refere-se às constantes mudanças de endereços, que, por vezes, causava problemas de logística no que tange ao atendimento do quantitativo de alunos. Em 1879, o delegado de instrução da Freguesia da Candelária e interino da Freguesia de Santa Rita, enviava ao Inspetor Geral da Instrução Pública um ofício alertando sobre a transferência da 2ª escola masculina de Santa Rita e a escola feminina da Candelária. Para o delegado, com a transferência da 2ª escola masculina para o Largo de Santa Rita ficariam sem atendimento educacional as crianças pobres residentes nas zonas que iam da Rua da Saúde à Gamboa e Sacco de Alferes. Já a transferência da escola feminina da Freguesia da Candelária para o Largo de Santa Rita faria com que não existisse escola para o atendimento de meninas dentro dos limites da Freguesia da Candelária. A sugestão do Delegado de Instrução era o estabelecimento de uma segunda escola feminina na Candelária, situada ao centro do distrito. Mas os dados indicam que a proposição do delegado não foi atendida, visto que até o final do Império a Freguesia da Candelária só possuía uma escola feminina.

De maneira geral, durante o período analisado, foi possível averiguar nos relatórios do Ministro de Negócios do Império e em códices do AGCRJ diferentes locais ocupados pelas escolas feminina e masculina da Candelária. Observamos que enquanto a escola masculina possui certa estabilidade ocupando endereços, sobretudo, na rua Theophilo Ottoni, a escola feminina obteve maior mobilidade. Temos de considerar que a escola feminina funcionou por um período maior de tempo e possivelmente por ter um número maior de alunos necessitava de prédios com salas mais amplas. A escola do sexo feminino ocupou seis endereços em ruas distintas da Freguesia da Candelária (SANTOS, 2020).

Em 1871, a Escola de Meninos da Candelária, cujo professor era Antonio José Marques, tinha submetido ao exame público do ensino primário 5 alunos. Os nomes desses meninos são: Carlos Augusto Moreira da Silva (matriculado com 11 anos em 23 de fevereiro de 1869), Vicente Corrêa de Azevedo (com 10 anos de idade, matriculado em 10 de agosto de 1870), Eduardo Teixeira Leite (matriculado em 2 de março de 1869, com 6 anos de idade e, completamente analfabeto,), Alfredo Manoel de Oliveira (matriculado em 8 de janeiro de 1866 com 7 anos de idade) e José Antonio da Rocha (matriculado em 14 de janeiro de 1870, com 10 anos de idade.). Na classe feminina, dirigida pela professora Catharina Lopes Coruja, foram examinadas, no mesmo ano, 3 meninas, a saber: Idalina Vieira Lima (matriculada em 12 de abril de 1865, com 7 anos), Glyceria Bibiana de Gouvêa (matriculada em 12 de janeiro de 1863, aos 7 anos e completamente analfabeta) e Marcolina Rosa Baptista (matriculada em 4 de fevereiro de 1867).

Os nomes de tais alunos e alunas são vestígios muito frágeis, podem fazer pouco sentido se lançados isoladamente, não nos permitindo levantar maiores informações a respeito deles, de suas famílias e experiências escolares. Seria necessário o cruzamento de muitas outras fontes, visto a escassez de informações disponíveis. Contudo, um levantamento nos Relatórios do Ministro de Negócios do Império, associado aos estudos de Borges (2014), tornou possível averiguar fatos importantes envolvendo alguns destes alunos das escolas públicas da Freguesia da Candelária.

Carlos Augusto Moreira da Silva em 1872, logo no ano seguinte ao prestar os exames públicos do ensino primário e concluí-lo, foi nomeado professor Adjunto, que remetia a um sistema de formação pela prática, considerado pelo Ministro Couto Ferraz como eficaz e de baixo custo, apesar de ter sido bastante debatido entre os professores. A formação pela prática, situada no ambiente da própria escola primária, através da figura dos adjuntos, uma espécie de estagiário, reafirmava práticas tradicionais da reprodução do ofício docente, conservando sobre um grupo profissional, e muitas vezes familiar, o monopólio dos saberes daquele ofício. A categoria de professor adjunto era regulamentada pela Reforma Couto Ferraz (1854), que determinava a idade de 12 anos como necessária para receber autorização de exercício, que os candidatos deveriam ser provenientes das escolas primárias públicas, tendo êxito nos exames anuais e tivessem demonstrado propensão para o magistério, além de indicar preferência aos filhos de professores públicos. O aluno Carlos Augusto então requereu ocupar a função sem prestar novo exame, baseado nas condições deste Artigo 35 da Reforma Couto Ferraz. Em 1879 ele ainda permanecia no exercício como professor adjunto. No ano de 1883, regeu interinamente (substituição ao professor titular) a 3ª Escola de Meninos da Freguesia de Santa Rita e no ano seguinte a 2ª Escola de Meninos da Glória.

A ex aluna da Escola de Meninas da freguesia da Candelária, Idalina Vieira Lima, assim como Carlos Augusto, seguiu a carreira do magistério sendo nomeada em 1872 nas mesmas circunstâncias, como Adjunta, tendo permanecido nos anos seguintes, até 1874 quando se tem ainda algum registro. Glyceria Bibiana de Gouvêa também foi docente, sendo em 1872 nomeada professora adjunta interina até que surgisse vaga em alguma escola da Corte. Em 1874 é nomeada adjunta efetiva, permanecendo até 1879, não havendo depois mais dados a seu respeito.

Podemos compreender as poucas e lacunares informações sobre os ex-alunos da Candelária como vestígios importantes sobre a trajetória de um corpo discente muito amplo e heterogêneo. Após concluir o ensino primário, grande parte desse público pode ter passado a praticar atividades relacionadas ao comércio, muito comum à região da Candelária. Alguns, muito poucos, como vimos, seguiram carreira no magistério, a partir de uma experiência remunerada e classificada em níveis ao longo de 3 anos. Pode até ser que alguns deles tenham se habilitado como professores públicos primários da Corte. As fontes acessadas ainda dizem pouco para o tanto que gostaríamos de saber.

No que se refere aos professores, levantamos os nomes dos que lecionaram nas escolas públicas primárias da Freguesia da Candelária entre 1870 e 1889:

Professores públicos primários da Freguesia da Candelária 1870-1889		
Anos	Escola masculina	Escola feminina
1870	João da Matta Araújo	Catharina Lopes Coruja
1871	Antonio José Marques	Catharina Lopes Coruja
1872	Antonio José Marques	Catharina Lopes Coruja
1873	Antonio José Marques	Guilhermina Azambuja Neves
1874	Antonio José Marques	Guilhermina Azambuja Neves
1875	Não obtivemos informação	Guilhermina Azambuja Neves
1876	José Antonio de Campos Lima	Guilhermina Azambuja Neves
1877	Não obtivemos informação	Guilhermina Azambuja Neves
1879	José Antonio de Campos Lima	Guilhermina Azambuja Neves
1881	Escola extinta	Guilhermina Azambuja Neves
1882	Escola extinta	Adelaide Augusta da Costa (depois Adelaide Augusta da Costa e Silva)
1883	Escola extinta	Adelaide Augusta da Costa
1884	Escola extinta	Amélia Augusta Fernandes ou Amélia Fernandes da Costa
1886	Escola extinta	Amélia Augusta Fernandes ou Amélia Fernandes da Costa
1887	Escola extinta	Theresa Carolina de Mirandella
1888	Escola extinta	Amélia Augusta Fernandes ou Amélia Fernandes da Costa até 6 de junho
1889	Escola extinta	Amélia Augusta Fernandes ou Amélia Fernandes da Costa

Fonte: Relatórios do Ministério de Negócios do Império dos anos de 1870 a 1889, Arquivo Nacional, Códice I E 4 25, - Série Educação.

Antonio José Marques aparece nos registros com longa carreira docente, entre a década de 1860 e 1880. Ele foi o que regeu a cadeira pública da Escola de Meninos da Candelária por mais tempo, lecionando durante 6 anos (considerando o recorte estudado). Era bacharel e tem sua primeira aparição nos registros oficiais em 1862, quando nomeado professor interino da 1ª Escola de Meninos da Freguesia de Santana. No ano de 1866 consta como professor adjunto com 3 anos de exercício. Em 1871, por ter cumprido os requisitos, é nomeado professor efetivo da escola masculina da Candelária. Já em 1875, rege a cadeira de aritmética da Escola Normal da Corte, um sinal de progressão na carreira. No ano seguinte é removido da escola da Candelária e provido para a escola masculina da Lagoa. Em 1880 e 1881 consta como professor da Escola de Meninos de Santa Rita, onde também consta como professor ainda em 1887. Em 1873, na Conferência Pedagógica, Antonio José Marques faz a exposição final do seu trabalho sobre sistema métrico decimal. Sobre a carreira deste docente Borges (2014) informa que este professor estava engajado em questões do desenvolvimento industrial e tecnológico do país. Enquanto atuava na escola da Freguesia da Lagoa fez

funcionar um Curso Noturno de Ofícios, mesmo sem receber remuneração, pois não tinha conseguido autorização oficial para as aulas. Antonio José Marques foi também professor do Liceu Artístico e Industrial e secretário da Associação Protetora do Liceu Artístico e Industrial. Além disso, ofereceu serviços à Associação promotora da Instrução. Consta que sua aposentadoria se efetivou apenas em janeiro de 1888.

O professor José Antonio de Campos Lima lecionou durante 2 anos na Freguesia da Candelária. Foi adjunto do professor Candido Matheus de Faria Pardal, na 1ª escola masculina da Freguesia de Santa Rita em 1860, onde permaneceu até 1865. Em 1867 é nomeado professor adjunto da escola masculina da Freguesia da Ilha de Paquetá. E entre 1869 até 1875 consta como professor efetivo da 2ª Escola de Meninos da Freguesia da Lagoa. No ano de 1879 recebe gratificação por 10 anos de exercício docente. Por fim em 1880 é removido da Freguesia da Candelária, devido a extinção da escola, e ocupa a docência na 1ª escola masculina da Freguesia do Sacramento onde ainda consta como professor no ano de 1886. Além disso, segundo Borges (2014), foi membro do júri da Corte e jubilado do magistério público em maio de 1886.

João da Matta Araujo, professor na esfera pública e privada, também foi membro da Sociedade Bahiana de Beneficência, espécie de sociedade de socorros mútuos (BORGES, 2014). Habilitou-se para o ensino particular primário no ano de 1858, quando também consta a sua nomeação para a 1ª escola masculina da Freguesia de Santa Cruz. Em 1860 obteve licença para lecionar latim em aulas particulares, de forma avulsa. E dois anos depois foi removido da cadeira pública de Santa Cruz e nomeado para a primeira escola da Freguesia da Ilha do Governador, onde lecionou apenas um ano. Nos relatórios de 1864 a 1870 aparece como professor da Freguesia da Candelária, já em 1871 começa a lecionar em outro município. Em 1872 retorna a Corte e leciona na segunda escola masculina da Freguesia da Glória. Em 1875 assume a cadeira de história sagrada da Escola Normal, junto ao Monsenhor Jose Joaquim Pereira da Silva. No mesmo ano, seu nome aparece na listagem para recebimento da gratificação por 20 anos de magistério. Na sua longa e exitosa trajetória na docência, há indícios de que ele tenha também exercido outras ações. Como em 1873, junto com os professores Antônio Cypriano e Fonseca Jordão, elaborou um trabalho para melhorar o plano e programa do exame dos adjuntos do 3º ano (BORGES, 2014). Segundo Teixeira (2008) em 1887 o professor publica o livro *Lições Práticas de Ortografia* e o livro para *Dictado nas Escolas Primárias*. Segundo informações do Relatório do Ministro de Negócios do Império, ambas as obras foram adotadas como compêndio para as escolas primárias da Corte. Além disso, Teixeira (2008) cita ainda a autoria do professor João da Matta Araújo no livro destinado a leitura, escrita e gramática intitulado *Collecção de Cartas para o Estudo da Leitura*. Segundo Borges (2014) João da Matta Araujo foi membro fundador em 1874 de uma Escola Normal Particular na Corte, membro do júri da Corte em 1885 e jubilado do magistério público em junho de 1886.

No quadro do magistério público feminino da Candelária, encontramos cinco docentes. A professora Catharina Lopes Coruja foi casada com o professor Antônio Pereira Coruja (professor público e particular, deputado provincial do Rio Grande do Sul, fundador e diretor do Lyceu de Minerva, tesoureiro do IHGB, presidente da Sociedade Imperial Amante da Instrução, autor de diversos livros para o ensino) de quem era anteriormente aluna (LIMEIRA, 2010). Segundo Bastos (2006), ela fundou um colégio particular para meninas na rua da Assembléia, nº88 que encerrou as atividades em 1849. Foi nomeada professora pública da cidade de Rio Grande em 1834, três anos depois fez concurso para a cadeira da Freguesia de São José e somente em 1843 tem sua nomeação como professora efetiva. Nos anos de 1844 a 1869 já aparece como professora pública da Freguesia da Candelária. Catharina Lopes teve outras atuações no campo da educação, por exemplo, em 1857 foi uma das avaliadoras do

concurso para professoras públicas; em 1859 junto de outras professoras, compõem um trabalho sobre o regimento interno das escolas femininas, e no ano seguinte faz parte da comissão que avalia uma gramática para as escolas públicas em substituição da gramática de Cyrillo Dilermano da Silveira. Os indícios apontam que se aposentou em 1874 do magistério público, tendo falecido nos primeiros anos de 1880 (BASTOS, 2006).

A professora Guilhermina Azambuja Neves era uma docente atuante no contexto educacional e político da época. Era natural do Rio de Janeiro e iniciou sua carreira docente na Freguesia da Candelária em 1866. Foi casada com o amanuense da Inspeção de Instrução Primária e Secundária da Corte, e Delegado da Instrução na Freguesia da Lagoa, Arthur Frnaklin de Azambuja Neves. Ela também era sobrinha de uma professora primária da Corte, Anna Euqueria Lopes Alvares (Escola de Meninas da freguesia da Lagoa), a quem dedica um de seus livros, registrando que a tia e o seu referido esposo a tinham criado, desde que ficara orfã. Era defensora das metodologias do ensino intuitivo tendo publicado os seguintes livros, com autorização de uso nas escolas, nas décadas de 1870 e 1880: *Methodo brasileiro para o ensino da escripta: collecção de cadernos, contendo regras e exercícios* (1881); *Methodo intuitivo para ensinar a contar, contendo modelos, tabellas, taboadas, regras, explicações, exercícios e problemas sobre as quatro operações* (1882) e *Entretenimento sobre os deveres de civilidade, collecionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos* (1875, segunda edição em 1883) (SCHUELER, TEIXEIRA, 2008; TEXEIRA, 2008).

Durante o período de sua atuação, em 1877, a professora Guilhermina, na busca de modernas práticas educativas, publica na revista *A Escola* um pedido de doação de livros para compor a biblioteca de trabalhos didáticos de instrução primária que estava organizando (Revista *A Escola*, ano 1877, v.34, n.2, p.67). Entre seus inúmeros projetos, constava a organização de uma biblioteca escolar (FERREIRA, SOARES, 2019). A imprensa noticiava algumas vezes as informações sobre a referida biblioteca: “A professora Guilhermina de Azambuja Neves tem recebido mais, para a biblioteca que está organizando na escola pública sob seu magistério” (*A Reforma*, 1878).⁴ Ou ainda “(...) oferecer a senhora professora pública da freguesia da Candelária, D. Guilhermina de Azambuja Neves, para a biblioteca que está organizando nessa escola, um importante donativo (...)” (*A Reforma*, 1880). Tais informações levam a conclusão que a biblioteca estava localizada na escola pública feminina da freguesia da Candelária.⁵ A aceitação da biblioteca de Guilhermina, o reconhecimento de sua atuação docente na Corte e a rede de sujeitos por ela acionados pode ser compreendida quando em 1878 a professora recebe 66 livros de diversas pessoas da Corte como 22 exemplares doados pelo Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo. Naquele ano, a biblioteca possuía um acervo de 600 livros e era elogiada como uma “ideia excelente que tem merecido, e esperamos continuar a merecer a coadjuvação do público.” No mesmo ano o diretor do Colégio Abílio, Dr. Epiphânio José dos reis, doava 813 livros de 30 obras diferentes. Destes exemplares a professora trocou as obras repetidas com o editor e comerciante de livros Serafim José Alves, desta maneira aumentando o acervo da sua biblioteca escolar (SANTOS, 2020).

Também nas décadas de 1870 e 1880 Guilhermina Azambuja Neves fundou e dirigiu o Collegio Azambuja Neves para meninas na Freguesia do Engenho Velho, situação que não era incomum a época, como demonstra Borges (2008), diversos docentes que atuavam no ensino público também eram professores, diretores e proprietários de estabelecimentos no ensino particular. Em 1882, permuta a cadeira da escola feminina da Candelária com Adelaide Augusta da Costa que lecionava na 4ª escola feminina da Freguesia de São Cristóvão. No ano seguinte, há a informação do seu falecimento em junho de 1883.

⁴ Jornal *A Reforma* (RJ), ano X, n.160,17/7/1880 <http://memoria.bn.br/DocReader/226440/10551>.

⁵ Jornal *A Reforma* (RJ), ano X, n.121,19/5/1880 <http://memoria.bn.br/DocReader/226440/10889>.

A professora Adelaide Augusta da Costa e Silva (antes de 1884 Adelaide Augusta da Costa) aparece como adjunta em 1873, sendo nomeada professora efetiva em 1877, ou seja, após 4 anos de formação pela prática. Sucedeu a professora Guilhermina de Azambuja Neves em 1882 na Freguesia da Candelária, como mencionado, trocaram entre si as cadeiras que lecionavam. A Portaria de 7 de julho de 1883 declara de serventia vitalícia o provimento da professora na Freguesia da Candelária, por ter exercido o magistério por mais de cinco anos. Segundo Borges (2014), ela faleceu provavelmente entre 1884 e 1885.

Amélia Augusta Fernandes (Amélia Fernandes da Costa, nome pós casamento, provavelmente) consta como professora adjunta no relatório do Ministro de Negócios do Império em 1873. Em 1883 regia interinamente a primeira escola de meninas da Freguesia do Sacramento pelo falecimento da professora anterior e, no mesmo ano, é nomeada professora da primeira escola de meninas de Guaratiba. Em 1884 rege provisoriamente a primeira escola de meninas de Santo Antonio sendo depois transferida para a primeira escola feminina de São Cristóvão e, por fim, removida para a Candelária. Em 1888 tinha sido exonerada da cadeira da Freguesia da Candelária ao mesmo tempo que recebeu a titulação de adjunto efetivo. O ocorrido foi resolvido quando a professora conseguiu aprovação nos exames da Escola Normal da Corte, recebendo a habilitação necessária e o provimento efetivo na escola pública primária feminina da Candelária em 1889.

Esse quadro geral, baseado em dados ainda lacunares e provisórios, nos indicia informações interessantes acerca dos professores e professoras daquela localidade. Primeiro, que os docentes não apenas lecionavam nas escolas públicas, mas também atuavam em diversos outros espaços, seja na iniciativa particular, na Escola Normal da Corte, escrevendo na imprensa pedagógica e, integravam, as vezes, redes familiares inscritas no campo da Educação a partir de distintas funções (delegado, inspetor, escritor, professor, conselheiro). Da mesma forma, desempenharam outras funções no campo educativo como membros de comissões avaliativas e proponentes de planos de melhoramentos na instrução. Outros, foram presentes nas discussões promovidas pelas Conferências pedagógicas, sobretudo, o professor Antonio José Marques com suas atuações relativas ao campo matemático. Também participaram da produção e disputa dos saberes que envolviam a escola oitocentista escrevendo e tendo aprovados livros e obras para o ensino. Além de estarem atentos aos novos aparatos de ensino como a instituição de bibliotecas escolares.

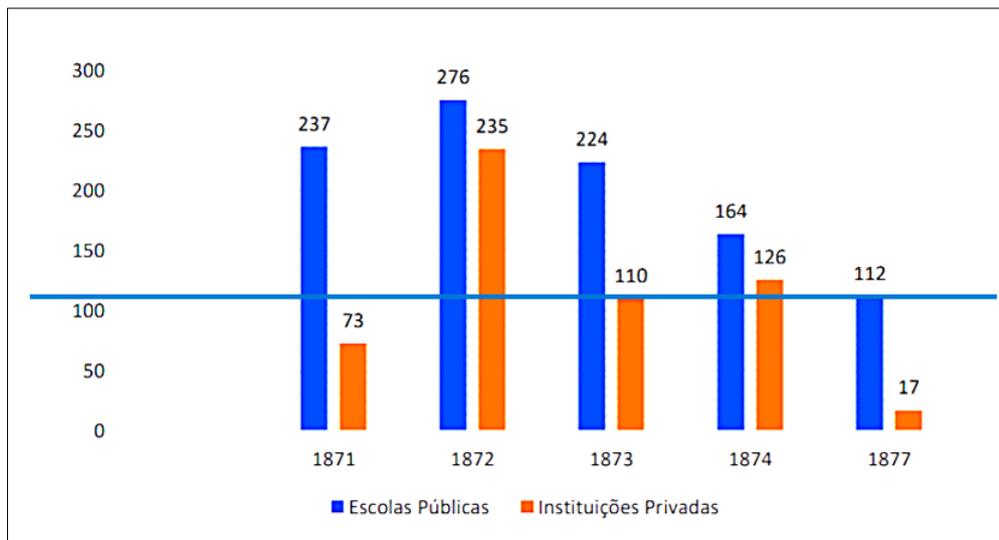
Podemos constatar também a mobilidade que os professores tinham entre as escolas das freguesias da Corte Imperial, ficando em algumas por um curto tempo, como o professor José Antonio de Campos Lima que lecionou na escola masculina da Candelária por 2 anos. Ou terem grande permanência como as professoras Catharina Lopes Coruja (9 anos) e Guilhermina Azambuja Neves (7 anos). Apropriando-nos das reflexões de Schueler e Texeira (2009) podemos afirmar que os professores da Freguesia da Candelária assim como outros docentes da Corte, ao produzirem obras, livros, compêndios, artigos para revistas especializadas ou trabalhos para as Conferências Pedagógicas, e ao participarem de atividades políticas e funções públicas, contribuíam para a conformação de uma ideologia da nação, enfatizando o ser brasileiro e a construção da nacionalidade por meio da escola, dos saberes e dos compêndios e, é claro, de sua própria responsabilidade intelectual como educadores. Portanto, os professores não somente cumpriam a função de educar, mas constituíram-se intelectuais do Brasil Império. Por meio das diversas atuações no contexto político e educacional disputavam e conformavam saberes para a construção da nação.

Na década de 1871, muitos professores atuaram na iniciativa pública e, muitas vezes, de forma concomitante, na iniciativa privada também. Mas, diferentemente das demais freguesias urbanas, a Freguesia da Candelária tinha o maior quantitativo de matrículas nas escolas públicas: cerca de 80% da população de menores de 14 anos frequentavam as escolas públicas. Somente 20% ocupavam os bancos dos estabelecimentos de ensino privado. Precisamos considerar que havia apenas 2 escolas públicas (durante todo o período

analisado), uma para cada sexo, e a partir de 1880, apenas a escola feminina, e que a população da Candelária era menor se comparada a outras freguesias. Consequentemente, possuía um número reduzido de população potencial para frequentar as escolas primárias de acordo com a legislação educacional. Em 1848, no *Jornal do Commercio*, havia o anúncio do Colégio de Meninas na rua da Candelária nº59 que, como diferencial, informava que ensinava também escravas:

A diretora do collegio de meninas da rua da Candelaria n.59, participa ao respeitável público e aos Srs. Pais de família, que a mesma abre o seu estabelecimento no dia 10 de janeiro do corrente anno, onde continua a receber meninas externas e internas, e a ensinar a ler, escrever, contar, grammatica nacional e franceza, doutrina christãa, etc., desenho musica, dansa, coser, bordar de todas as qualidades e de ouro, marcar de todas as qualidades, tapeçarias, fróco, etc. Também recebem-se escravas para todos os ensinns, sendo estas internas (JORNAL DO COMMERCIO, Ano XXIII, nº4, 4 de janeiro de 1848)

A publicidade indica que estava sendo burlada a legislação educacional que proibia a frequência escolar de escravizados, o estabelecimento, ainda assim, fazia propaganda em um impresso de grande circulação acerca do seu atendimento escolar formal para meninas em tal condição civil. Provavelmente, tratava-se de educação para determinados interesses dos proprietários de escravas e, como consta, a prática era para “todos os ensinns” e não somente a instrução primária oferecida no colégio. Esse pode ser um indício da diversidade da malha privada no local e em toda capital do Brasil naquele período. De modo geral, a Freguesia da Candelária, em 1870, apresentava 3 instituições particulares de ensino, decrescendo no ano seguinte para 1, tendo o seu pico nos anos de 1872 com 6 estabelecimentos e 1873, com 7 estabelecimentos e terminando em 1877 com apenas 1. Os dados das matrículas escolares podem ser assim sistematizados:



Fonte: Relatórios do Ministério de Negócios do Império (1870-1889)

A Candelária possuía poucas escolas privadas, se comparada a algumas freguesias urbanas da Corte, como Glória ou Santa Rita. Tendo quantitativo de estabelecimentos privados mais próximo da Freguesia do Engenho Velho, até mesmo superando-a, como nos anos de 1872 e 1873. Cogitamos que os mesmos motivos relatados como problemas para manutenção das escolas públicas (baixa densidade populacional, falta de espaço, influência do comércio, alto preços dos

aluguéis, mobilidade das pessoas e etc.), eram os que afetavam as escolas privadas e a sua permanência na região. A maioria dos colégios privados era de ensino primário, tendo havido apenas o registro de um estabelecimento de ensino secundário para meninas nas fontes, mantido pela professora Emília Cabral no ano de 1871 (AGCRJ, 1872, código-12.4.15 p. 13,14 e 15).

Em relação aos alunos desse comércio da instrução privada, dados trazidos pelo delegado Dr. João Carlos da Silva Maya referentes ao ano de 1871, são muito superficiais, abordam idade, nacionalidade, religião e gênero, por exemplo. Segundo ele, havia 8 meninos em um colégio primário (um era menor de 7 anos e os demais menores de 14 anos), destes, 6 alunos eram brasileiros, dois estrangeiros e todos afirmavam ser católicos. Dos 35 meninos que frequentavam o colégio da Rua do Rosário, 33 eram maiores de 14 anos e dois menores de 7 anos, todos declarados católicos, sendo apenas 2 estrangeiros. O colégio que atendia meninas a nível primário e secundário, possuía em seu quadro 21 alunas. Em relação as nacionalidades somente duas eram estrangeiras e dezenove católicas e duas acatólicas (AGCRJ, 1872, código-12.4.15 p. 13,14 e 15). Parte da demanda educacional masculina da freguesia era atendida pela iniciativa privada, visto que a falta de alunos na escola pública foi justificativa para o fechamento da instituição e o número de colégios privados para meninos era maior que as escolas públicas. Já a presença de estrangeiros em todas as classes corrobora com a característica da freguesia, onde havia número considerável de pessoas provenientes de outros países.

Parte da malha privada da freguesia da Candelária estabeleceu laços formais com o setor público através da prática de subvenção, muito comum ao longo do século XIX no Brasil inteiro. A subvenção consistia no financiamento público das mensalidades de alunos e alunas pobres em colégios privados do ensino primário (LIMEIRA, 2010). Na Freguesia da Candelária no ano de 1878, identificamos que dois professores particulares receberam subvenções públicas para manutenção dos seus colégios particulares, para meninos e para meninas. Trata-se de Luiz Thomaz de Oliveira e Catharina Lopes Coruja (PASCHE, 2014). Ela, Catharina também aparecia no quadro das professoras públicas da Corte, o que pode indicar um acúmulo das funções de professora pública e particular.

Considerações finais

Diante de um arranjo provisório, sustentado pela operação teórico-metodológica da micro-história, pela seleção de fontes específicas, foi possível realizar reflexões acerca do processo de escolarização na capital do Brasil, tornado os dados bastante específicos acerca de uma localidade (urbana, comercial e central). Neste sentido, o investimento aqui desenvolvido inscreve-se no movimento que vem marcando mais recentemente o campo da História da Educação, a partir de pesquisas que exploram recortes geográficos cada vez mais específicos, na intenção de investigar singularidades e experiências locais. Enfatizamos aqui a importância de perceber a grande diversidade formada pelas freguesias urbanas e rurais da capital do Brasil Império e a heterogeneidade encontrada nas subdivisões destas regiões, uma problematização que indica a amplitude e complexidade das ações educativas desenvolvidas no Oitocentos brasileiro.

A partir desse investimento realizado podemos considerar que a demanda escolar da Freguesia da Candelária era bem atendida, se mantendo estável ao longo de alguns anos da década de 1870, o que não impossibilitou a atuação da iniciativa privada. É preciso considerar, no caso específico da Candelária, a hipótese de que alguns de seus residentes poderiam frequentar aulas em outras freguesias, como por exemplo, em Santa Rita (que tinha a Escola de Meninas muito próxima da escola feminina da Candelária). Desta forma, esse público entraria nos dados estatísticos de potencial público escolar da Candelária, mas não nas suas respectivas

taxas de matrícula e muito menos se constituiria público incentivador para os estabelecimentos privados locais. Com base nesta suposição, entendemos que não necessariamente a população menor de 14 anos da Candelária era atendida em suas 2 escolas públicas ou nos poucos estabelecimentos particulares que existiram ali (SANTOS, 2020, p.179).

A matrícula de meninas se manteve em número superior à de meninos, fato que influenciou na década de 1880 o término da escola pública masculina. Tal disparidade entre os sexos, no conceito matrícula, poderia se dar pela frequência dos meninos em escolas de outras regiões, ou em colégios privados, ou em aulas informais, ou até mesmo dos ditos palácios escolares que ficavam nas adjacências? Esses meninos existiam enquanto demanda escolar situada na Candelária, apontam os números, inclusive do censo de 1872, mas não frequentavam as aulas lá. Talvez estivessem dedicados às atividades comerciais típicas da região como caixeiros, entregadores, engraxates e etc.?

No que se refere ao quadro de docentes do ensino público, notamos a presença e atuação de 8 professores ao longo dessas décadas, alguns permanecendo por longo período lecionando. Ao mesmo tempo, vimos que esses docentes tinham uma atuação diversificada na Corte através da publicação de manuais/livros para uso nas escolas primárias, defendendo suas convicções na imprensa pedagógica, atuavam nas escolas particulares e na Escola Normal, também como membros de comissões avaliativas e proponentes de planos de melhoramentos na instrução, outros foram presentes nas discussões promovidas pelas Conferências Pedagógicas.

No que se refere à presença religiosa na região, acreditamos inicialmente que poderia ter gerado ações formais de escolarização, como houve em diversas outras localidades na Corte Imperial, como indicam os estudos de Pasche (2014). A existência de colégios particulares mantidos por católicos constituiu-se algo bastante comum, como o Collegio Imaculada Conceição que foi criado em 1854 e funciona até hoje e outros como Collegio do Mosteiro de São Bento, Collegio do Padre Guedes ou o Collegio Episcopal São Pedro da Alcântara. Mas a iniciativa religiosa da Candelária promoveu o atendimento escolar somente por meio da criação de um Asylo da Infância Desvalida da Candelária, que foi proposto em 1881 e finalizado apenas em 1900, mas cuja localização se estabeleceu na vizinha freguesia de São Cristóvão e não na própria localidade (SANTOS, 2020).

De maneira mais ampla, em todo Império, sobretudo nas décadas de 1870 e 1880, a educação torna-se pauta incisiva das ações governamentais e discussões da sociedade em geral. Motivo de diversas soluções, a fim de educar e disciplinar uma população heterogênea que constituía a nação brasileira. A tarefa da educação estava relacionada à construção do próprio Brasil, pela unificação do território e do povo, inspirado em experiências internacionais de alguns países europeus e americanos. A maior disseminação da educação formaria o homem urbano e civilizado, pronto para as ações decorrentes do capitalismo e solução para os problemas de produtividade decorrentes das leis abolicionistas. Tais ações elevariam a então recém-independente nação para o hall dos países modernos e civilizados. E decorrente das ações educativas que já vinham sendo ampliadas a partir da segunda metade do Oitocentos, a escola primária foi eleita como um dos elementos fundamentais para o Brasil progredir. Assim, a complexidade, heterogeneidade e desigualdade do tecido escolar da Corte Imperial foi sendo fiada junto da própria cultura urbana que estava posta aos projetos de modernidade. Ações que buscavam soluções às formas tradicionais de vida, ao crescimento populacional de uma camada livre, mestiça, imigrante, pobre, e os problemas estruturais da sociedade como o acirramento das forças abolicionistas e republicanas, além das questões de saneamento (febre amarela, a crise habitacional e etc.), que marcavam as últimas décadas da monarquia (GONDRA; SCHUELER, 2008).

Nesse contexto, interrogar sobre o modo a partir do qual se constituiu o processo de escolarização na Freguesia da Candelária entre nas décadas de 1870 e 1880 era o objetivo. Podemos dizer que o mesmo se constituiu entre as badaladas do sino da Igreja de Nossa Senhora da Candelária e os sons das transações comerciais que ditavam a ordem daquela região. A

freguesia apresentou um processo de ensino público e privado atravessado pela sua pouca extensão territorial, baixa densidade populacional, as consequências das características de uma área comercial e das intervenções modernizantes e progressistas das décadas finais do Império. Portanto, a pesquisa desenvolvida explorou uma região da cidade pouco mencionada nos estudos históricos e apresentou aspectos dispersos do que se configura como o complexo processo de escolarização no Brasil do Oitocentos. Outros tempos, outras formas de experimentar a escola, mas que dizem muito a respeito dos modos como hoje ainda lidamos com ela e com esse fenômeno que marca a cada um de nós, a educação.

Referências

ABREU, Mauricio de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

BASTOS, Maria Helena Camara. Reminiscências de um tempo escolar. Memórias do professor Coruja. *Revista Educação em Questão*, Natal, v.25, n.11, p.157-189, jan./abr. 2006.

BORGES, Angélica. Ordem no ensino: A inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865). 2008. 288f. *Dissertação* (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BORGES, Angélica. A urdidura do magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências. 2014. 415f. *Tese* (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Itatiaia, 1988.

FERREIRA, João da Costa. *A cidade do Rio de Janeiro e o seu Termo: ensaio urbanológico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

FERREIRA, Maria Isadora Caldas; SOARES, Flávia dos Santos. O lugar da mulher na produção de material escolar: análise de impressões jornalísticas do século XIX sobre livros didáticos de Guilhermina de Azambuja Neves. In: *2º Encontro Nacional História e Parcerias*, 2, 2019, Rio de Janeiro. Anais..., Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida, 2019.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

GIL, Natália de Lacerda. A produção dos números escolares (1871-1931): contribuições para uma abordagem crítica das fontes estatísticas em História da Educação. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.29, n.58, p.341-358, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882009000200005>

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, José Gonçalves. Telescópio, microscópio, incertezas: Jacques Revel na história e na história da educação. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira e FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). *Pensadores Sociais e História da Educação*, volume 2, Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

LIMEIRA, Aline de Moraes. O comércio da instrução no século XIX: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas. 2010. 282f. *Dissertação* (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LIMEIRA, Aline de Moraes; GONDRA, José Gonçalves. Nas escolas da capital brasileira: matrículas nas freguesias urbanas e rurais (1870). In: LIMA, Alexandra, LIMEIRA, Aline, LEONARDI, Paula. *Um mar de escolas: instituições e pesquisas na História da Educação*. Rio de Janeiro: Editora Appris, 2022

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. Micro-História, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. In: *Revista Brasileira de Educação*, v.15 n.45 set./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300003>

SANTOS, Aline Machado dos. Entre o soar do sino e as transações comerciais: as escolas primárias da Freguesia Urbana da Candelária (Capital Brasileira, 1870-1889). 2020. 284f. *Dissertação* (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, Francisco Agenor Noronha. *As Freguesias do Rio Antigo: vistas por Noronha Santos*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

SANTOS, Francisco Agenor Noronha. *Crônicas da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Padrão livraria e Editora, 1981.

SENRA, Nelson. *Uma breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Entre escolas domésticas e palácios: culturas escolares e processos de institucionalização da instrução primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1890). *Revista Educação em Questão*, Rio Grande do Norte, v.23, n.9, p.160-184, maio/ago, 2005.

SCHUELER, Alessandra Frota M. de; TEIXEIRA Giselle Baptista. Civilizar a infância: moral em lições no livro escolar de Guilhermina de Azambuja Neves (Corte imperial, 1883). *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v.17, n.35, p.563-577, set.-dez. 2008.

SCHUELER, Alessandra; TEIXEIRA, Gisele. Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção e circulação e adoção de textos escolares de professores. *Revista Brasileira de História da Educação*, v.9, n.20, 137-164, 2009.

PASCHE, Aline de Moraes Limeira. Entre o trono e o altar: sujeitos, instituições e saberes escolares na capital do império brasileiro (1860 a 1880). *Tese*. (Doutorado em Educação) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TEIXEIRA, Gisele. O Grande Mestre da Escola: Os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro. *Dissertação* (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2008.